

ISSN 2177-7365

Boletim especial
Museu Histórico
de Londrina

20

Especial “Inserção da memória indígena
na exposição de longa duração do
Museu Histórico de Londrina”

2020

ISSN 2177-7365

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Boletim especial
Museu Histórico
de Londrina

20



Reitor

Profº Drº Sérgio Carlos de Carvalho

Vice-reitor

Profº Drº Décio Sabbatini Barbosa

Diretora Acadêmica do MHL

Profª Drª Edméia Ribeiro

Coordenação Geral

Profª Drª Edméia Ribeiro
Rosângela Ricieri Haddad

Editores

Profª Drª Edméia Ribeiro
Rosângela Ricieri Haddad

Comissão Executiva

Ruth Hiromi Shigaki Ueda
Edeni Ramos Vilela
Amauri Ramos da Silva

Fotos

Amauri Ramos da Silva

Editoração

Marina dos Santos Galli

Fonte

KG This is not goodbye e Century Gothic

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina.
Museu Histórico de Londrina. — Londrina - PR : Universidade Estadual de
Londrina, v.1, n. 1, jul./dez. 2009 -

Semestral

ISSN 2177-7365

1. Museologia - Periódicos. 2. Londrina — História. 3. Universidade Estadual
de Londrina. 4. Museu Histórico de Londrina

CDU 069:981.622

Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo ao Museu Histórico de Londrina.

SUMÁRIO

Apresentação

Prof^a Dr^a Edméia Ribeiro_____05

1 ARTIGOS

1.1 O Início da Inserção da Memória Indígena no Museu Histórico de Londrina
Luis Henrique Mioto_____06

1.2 Ampliando a narrativa histórica do norte pioneiro: o caso da inclusão da memória indígena na exposição de longa duração do Museu Histórico de Londrina
Eduardo Tardeli de Jesus Andrade
Fernanda Nasser Dornelles_____16

1.3 A Identidade e história Guarani no Museu Histórico de Londrina
Alexandro da Silva Nhandewa_____20

1.4 Breve comentário sobre a inclusão dos povos indígenas na Exposição Permanente do Museu Histórico de Londrina
Kimiye Tommasino_____22

2 ASAM

2.1 Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus_____32

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO_____33

GALERIA DE FOTOS_____35

APRESENTAÇÃO

A publicação deste número especial do Boletim (vol. 10, n.20) é motivo de muita felicidade, pois trata-se de mais uma forma de fazer “justiça histórica”, como definiu um dos coordenadores da CUIA/UEL (Comissão Universidade para os Índios), Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral.

No ano de 2018, um grupo de pesquisadores e estudiosos da cultura indígena submeteram, ao PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura), o Projeto “Inclusão da memória indígena na exposição permanente do Museu Histórico de Londrina” – merecidamente aprovado. Os trabalhos tiveram início em meados de 2018 e foram concluídos em dezembro de 2019, com a inauguração da inserção na exposição histórica do Museu, da memória e história dos povos Xetá, Guarani e Kaingang, que habitavam (e ainda habitam) esta região, antes da chegada dos imigrantes europeus.

A Exposição de Longa Duração do Museu Histórico de Londrina, em sua concepção original, havia excluído esses povos da sua narrativa, levando à compreensão de que os colonizadores encontraram aqui um vazio demográfico. Trata-se de equívoco proporcionado por concepção histórica tradicional, que não conferiu aos povos indígenas a dignidade da existência, excluindo-os da história. A sala prefácio, a primeira da exposição, foi totalmente reformulada dando lugar a objetos e textos narrando essas culturas, além de um lindo céu Guarani representado no teto da sala.

Hoje, ao adentrarmos na exposição, somos envolvidos pela beleza estética e cultural das primeiras populações que habitaram a região de Londrina e arredores.

Ao término do projeto, nós do Museu Histórico convidamos seus autores para escreverem uma edição do Boletim voltada à essa rica experiência. Pensamos que, além da representação física, *in loco*, uma publicação poderia registrar, da forma escrita, os primórdios do incômodo, discussões a respeito dessa ausência, processo de execução do trabalho e reflexões acerca do tema.

Assim, levamos até o público leitor do Boletim, mais um registro dos trabalhos realizados no Museu Histórico, desta vez em parceria com estudiosos e pesquisadores sensíveis à questão indígena. Uma boa leitura à todas e todos!

Edméia Ribeiro
Diretora Acadêmica do Museu Histórico de Londrina

I ARTIGOS

II O Início da Inserção da Memória Indígena no Museu Histórico de Londrina

Luis Henrique Miotto¹

I. Introdução

No dia 07 de dezembro de 2019, em um sábado às 10 horas da manhã, tivemos a reinauguração da exposição de longa-duração do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. Foi inserida na narrativa histórica do Museu, por meio desta nova exposição, parte das memórias dos povos indígenas de nossa região, suas culturas tradicionais e atual. A inauguração aconteceu naquele dia, mas a história de confecção da exposição é extensa e de muito trabalho. Neste texto traremos um pouco deste histórico.

O processo de confecção desta exposição se deu a partir dos conhecimentos trazidos por representantes das três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Xetá. Toda a curadoria da exposição foi desenvolvida a partir da escuta dos saberes indígenas e da participação ativa dos mesmos, desde o conceito até a montagem, em diálogo com pesquisadores não-indígenas.

Esses três povos têm grande presença e força na atualidade, no hoje, e também têm profundo passado, habitam esta região há milhares de anos.

Na sala de abertura da exposição de longa duração do Museu ("sala prefácio") agora estão instalados painéis que apresentam uma reconstituição histórica da saga, ao longo dos séculos, dos povos indígenas na região que hoje chamamos de norte do Paraná. Outros painéis e alguns objetos trazidos pelas comunidades indígenas apresentam os aspectos culturais das três etnias. No teto, uma grande arte reconstituindo as constelações do céu Guarani exibe a complexidade e encantamento da cosmologia e do tempo circular deste povo.

Ao longo de todas as salas da exposição de longa duração, nas vitrines e cenários, foram inseridos objetos (acervo tridimensional) selecionados e trazidos pelos indígenas e também do acervo do Museu. Foram instalados pequenos painéis e totens com textos, fotos e mapas, além de legendas dos objetos e fotos traduzidas nas línguas Kaingang, Guarani e Xetá.

2. A Concepção Do Conceito Da Nova Exposição

A gestação do conceito desta nova exposição histórica ganhou força a partir de 2012², quando a diretoria do Museu, percebendo a evidente lacuna da memória dos povos indígenas na narrativa de sua exposição de longa duração (também comumente chamada de "exposição permanente"), iniciou uma articulação para organizar uma Mostra sobre a temática, que resultou na exposição temporária "**Povos Indígenas do Norte do Paraná**", em 2013. A diretora do Museu, então, era a professora Regina Célia Alegro.

¹ Educador, Cineasta, Historiador e Doutorando pelo programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: luismiotto@yahoo.com.br

² Importante citar que, apesar de nosso texto iniciar com esse marco histórico de 2012, outros eventos, articulações, lutas, pesquisas e projetos formaram o caldo que resultaria na confecção desta exposição. Cito principalmente os projetos desenvolvidos desde 1985 entre os professores dos departamentos de Ciências Sociais e História das Universidade Estaduais de Londrina e Universidade Estadual de Maringá responsáveis por aproximar os indígenas da região às universidades e trazer à tona a memória destes povos, neste sentido é fundamental as ações e pesquisas dos professores Lucio Tadeu Mota e Kimiye Tommasino.

Naquele momento a diretora publicou um texto no periódico “Boletim do Museu Histórico de Londrina” nº 8 do ano de 2012, no qual descrevia seu entendimento da urgência da inserção das memórias indígenas no Museu. Citemos um trecho dele:

[...] para o Museu, propor a concepção de uma exposição sobre a temática indígena é um desafio e dois termos podem contribuir para justificar tal proposta: ausência e presença. Sobre a ausência, sabemos que os discursos acadêmicos do Paraná, por mais de trinta anos, se referiram ao slogan de uma terra vazia, desabitada, ou seja, havia na região norte do Paraná e em Londrina o chamado “vazio demográfico”, à época da colonização promovida pelas Companhias de Terra, a partir de 1930. [...] Contudo, tal cenário aponta pra uma mudança de postura, que já não mais se sustenta pela “ausência”, mas sim por elementos, muitas vezes visíveis e de conhecimento comum, que indicam a presença indígena no território do Paraná, Londrina inclusive. [...] Em vista da constituição e organização de acervo e exposições que representem os diferentes sujeitos individuais e coletivos em Londrina e região, e considerando que é papel do Museu Histórico problematizar algumas invisibilidades e esquecimentos históricos, o projeto propõe a reflexão, elaboração e disseminação de conhecimento acerca da presença indígena na região de Londrina. A partir de trabalho de pesquisa será realizada exposição no Museu Histórico de Londrina. (ALEGRO; LIMA, 2012, p.9).

O texto, como percebemos, já anuncia a articulação para realização da **Mostra “Povos Indígenas do Norte do Paraná”** que viria a ser realizada em 2013.

Neste mesmo período eu coordenava uma outra Mostra que estava em pleno andamento no Museu, se tratava de uma Mostra sobre a memória do cinema de Londrina³ e foi quando nos aproximamos e firmamos amizade junto a Regina e aos gestores do Museu Histórico. Neste período eu já trabalhava há dois anos junto aos indígenas Kaingang da Terra Indígena Apucarantina, por meio de projetos de linguagem audiovisual, cinema documentário e memória indígena. Foi quando a professora Regina me convidou para participar e colaborar na organização da **Mostra “Povos Indígenas do Norte do Paraná”**. Neste período tinha como parceiro de trabalho junto aos indígenas Kaingang o músico e pesquisador de cultura popular Rafael Rosa.

Minha contribuição na organização da **Mostra “Povos Indígenas do Norte do Paraná”** foi focada em realizar contato com as comunidades indígenas e buscar junto a elas objetos tridimensionais para compor a exposição. Para tal fim visitamos junto com a, então, museóloga do Museu Gina Issberner algumas comunidades Kaingang, Guarani e Xetá da região. Os trabalhos de laboratório, pesquisa, redação e montagem da exposição foram realizados pelos técnicos e pesquisadores bolsistas ligados ao projeto, coordenador pela professora Regina Alegro e a museóloga Gina Issberner.

A **Mostra “Povos Indígenas do Norte do Paraná”** foi inaugurada na manhã do dia 28 de abril de 2013. Participaram desta Mostra diversos pesquisadores não-indígenas, estudantes indígenas da CUIA (Comissão Universidade para os Índios, da Universidade Estadual de Londrina), FUNAI Londrina, membros da comunidade Guarani e Kaingang das Terras Indígenas São Gerônimo da Serra, entre outros. Da Terra Indígena Apucarantina, participaram os indígenas do grupo *Nên Ga* e o grupo *Guerreiros* dançando e cantando suas músicas tradicionais. Ainda teve a contribuição do Museu Paranaense, Museu Imagem e Som de Curitiba,

Cito também a CUIA (Comissão Universidade para os Indígenas da UEL) e a Assindi (Associação Indigenista da UEM). Importante citar tais pesquisadores, instituições e ações pois o Museu Histórico de Londrina é gestado pela UEL, sendo um braço da universidade, portanto é importante lembrarmos que as universidades já vinham realizando há anos ações de acolhimento e inclusão da memória indígena da região.

³ “Mostra Londrinense de Cinema & Memória”, organizado pelo Cineclube Ahoramágica e pelo Núcleo de Comunicação da Vila Cultural Alma Brasil em parceria com o Museu Histórico de Londrina, sob coordenação de Luis Henrique Miotto e Rodrigo Prado Evangelista. Nesta Mostra foram exibidos e debatidos dezenas de filmes históricos e contemporâneos realizados em Londrina, além de exposição de objetos históricos, palestras e doações ao Museu. Essa Mostra resultou em uma pesquisa historiográfica do cinema da cidade de Londrina que se encontra disponível na página virtual: <http://cinemadelondrina.blogspot.com/>.

Publicamos, na ocasião, dois textos sobre esse evento no “Boletim do Museu Histórico de Londrina” nº 07 e 08 de 2012.

Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e palestras e comunicação de diversos professores e pesquisadores universitários. A Mostra era composta de uma exposição que apresentou painéis, fotos antigas e contemporâneas das comunidades em seus territórios e cenários com objetos tridimensionais criados pelos indígenas⁴.

Durante os eventos da Mostra, os próprios indígenas que estavam presentes perceberam as lacunas da memória de seu povo na narrativa sobre a história da região, ausentes na exposição permanente do Museu. Na ocasião, presenciei com preocupação uma cena que me marcou muito e é significativa da contradição e equívoco da narrativa histórica da exposição de longa duração presente então no Museu Histórico: vimos os próprios indígenas lendo nos painéis da exposição de longa duração que a região do norte do Paraná era um “vazio demográfico” antes da chegada dos colonos europeus, ou seja, os próprios indígenas lendo que eles não existiam! Vimos os indígenas transitarem ao longo de toda a exposição de longa duração e não encontrarem qualquer referência à sua cultura e memória de seu povo. A exposição de longa duração de então, criada na década de 1980, abordava o processo de criação do norte pioneiro e não fazia nenhuma menção aos povos indígenas na região. Narrava que a chegada dos colonizadores se deu em um “vazio demográfico”, negando a presença histórica dos povos indígenas que há milhares de anos já habitam esse território. Vimos crianças indígenas surpreendidas observando uma réplica da sede da Cia. de Terras do Norte do Paraná na exposição. A historiografia e a narração da memória é mesmo um campo de batalhas.



IMAGEM 1 - Crianças indígenas Kaingang observam a réplica em maquete da sede da Cia. de Terras do Norte do Paraná que compõe a exposição de longa duração do Museu Histórico de Londrina - Foto de Luis Henrique Mioto, ano 2013.

A partir deste evento a direção do Museu Histórico fortaleceu sua intenção de inclusão da memória indígena. Essa intenção começou a se tornar mais concreta por ocasião do evento “**Seminário sobre Culturas Indígenas e Patrimônios Museológicos do Paraná**” (que ocorreu entre os dias 27 e 30 de junho de 2016), organizado pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o Museu Histórico de Londrina, evento também coordenado pela professora Regina Célia Alegro. Novamente o Museu Histórico abria as portas para colocar em destaque a questão da memória indígena. Desta vez, o evento

⁴ O texto “Povos indígenas no Norte do Paraná”, publicado no “Boletim do Museu Histórico de Londrina” nº 08 de 2013, apresenta e analisa brevemente esta Mostra. A exposição da Mostra ainda teve caráter itinerante, tendo seus painéis e alguns objetos circulado pelas cidades e distritos da região de Londrina durante o ano de 2014. É possível acessar fotos e os painéis da exposição pelo link na internet: <http://www.uel.br/museu/uploads/itinerante/arquivos/Povos-Indigenas.pdf>

tinha a intenção de aprofundar a discussão da memória e patrimônio indígena e sua relação com os museus, trazendo participantes indígenas em suas palestras além dos professores e pesquisadores acadêmicos não-indígenas.

Um dos destaques deste **Seminário** no Museu foi a participação dos indígenas do **Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK)**. O CMCK era um grupo formado por nove kaingang da Terra Indígena Apucarantina que trabalhavam a memória da sua comunidade por meio da realização de filmes documentários e ações museais. Eu e mais dois pesquisadores (Rafael Rosa e Eduardo Tardeli) colaborávamos desde 2015 coordenando ações junto ao CMCK com oficinas e projetos de interesse da comunidade indígena⁵.

A participação do CMCK se deu exibindo o seu filme recém lançado “**Ëg ìn: nossa casa**”, documentário longa-metragem que fora filmado inteiramente pelos Kaingang em sua comunidade. Este documentário foi exibido na noite do último dia do evento, estavam também presentes os kaingang do grupo *Nên Ga*⁶ que dançaram e cantaram no centro do Museu Histórico (dia 29 de junho de 2016).

Neste dia, enquanto o público assistia o filme “**Ëg ìn: nossa casa**”, nos reunimos junto com os membros do CMCK mais o grupo *Nên Ga* na parte de fora do Museu e organizamos rapidamente e silenciosamente uma ação de intervenção e protesto na exposição de longa duração do Museu. Os indígenas arranjaram um longo tecido preto e colaram nele um cartaz escrito a mensagem: “*Fóg ag tóg tág ki ti kuprã nĩ he já nĩ vẽ he mũ, hãra ãg tóg rĩnrĩr nỹtĩ kỹ ãg tóg õri ki nỹtĩ*” e escreveram também a tradução para o português “*Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui*”. E cantando, dançando e tocando seus instrumentos entraram na sala de exposição de longa duração e cobriram com o pano preto o painel que abria a exposição de longa duração do Museu.

Este painel que fora coberto tinha uma importância simbólica, não fora escolhido à toa pelo indígenas. Lembramos que a exposição de longa duração do Museu era da década de 1980 e não contemplava em nada a memória indígena, em nenhum espaço ao longo de toda a exposição. Este painel, que ficava logo na abertura da exposição, tinha como título “O Sertão do Tibagi” e era o único que fazia uma mínima menção aos indígenas. Existia uma menção de dois parágrafos em toda narrativa do Museu, e ainda era uma menção pejorativa, colocando-os no tempo pretérito, como se fossem povos do passado. O texto do painel dizia que os indígenas viveram há muito tempo atrás na região e que tinham sido “massacrados pelos espanhóis e bandeirantes paulistas”. O texto deste painel ainda terminava dizendo que “os britânicos”, quando aqui chegaram, “viram que floresta afóra havia muito e ótima **terra devoluta e deserta de gente**”. Era esse o texto que estava escrito neste painel que os indígenas cobriram com o pano preto e no qual colocaram a mensagem “*Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui*”⁷.

5 Os Kaingang que participavam do CMCK eram Silas Nivyg Pereira, Rosana Nirygãnh dos Santos, Joaquim Terezo Kó Koj Armandio, Douglas Nojãñ Cândido, Cleber Kronun de Almeida, Armando Kóvg Prág Zacarias, Débora Eulália Nêhprág Atanásio da Silva, Jacqueline Kômog Marcolino, João Maria Rodrigues Tapixi e Genilda Maria Rodrigues Tapixi. Os pesquisadores não-indígenas eram Luis Henrique Miotto, Eduardo Tardeli de Jesus Andrade e Rafael Rosa que, em 2017, saiu do grupo. Em seu lugar entrou a pesquisadora Fernanda Nasser Dornelles.

Para conhecer mais o CMCK, seus filmes e outros registros de memória em foto e áudio da comunidade Kaingang acessem o site do grupo: www.cmckkaingang.blogspot.com.

6 O *Nên Ga* é um grupo de jovens kaingang da Terra Indígena Apucarantina que se reúne para tocar, cantar e dançar músicas e cantos tradicionais dos seus antigos - estes jovens kaingang também criam suas músicas baseadas nas tradições de sua cultura. Na TI Apucarantina, além do *Nên Ga*, também existe os grupos *Guerreiros* e *Vãhn Ga*, estes grupos não apenas fortalecem os cantos e danças, mas as narrativas, lutas e manifestações políticas do povo Kaingang. Para conhecer um pouco as músicas destes grupos, acessem o link: <http://cmckkaingang.blogspot.com/p/musicas-kaingang.html>

7 Essa ação-protesto dos indígenas foi marcante na embate da memória da cidade, tanto que a pesquisadora Danielle Krislaine Pereira incluiu em sua pesquisa de mestrado (pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na UEL) uma análise deste dia, inclusive colocou as palavras que os indígenas escolheram para escrever no cartaz-protesto no nome de sua dissertação: “*Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui: Caminhos para o Ensino de História e Cultura Indígena na Escola*” (PEREIRA, 2018).



IMAGEM 2 - Antigo painel que abria a exposição de longa duração do Museu Histórico de Londrina
Foto: Amauri Ramos da Silva, s.d.

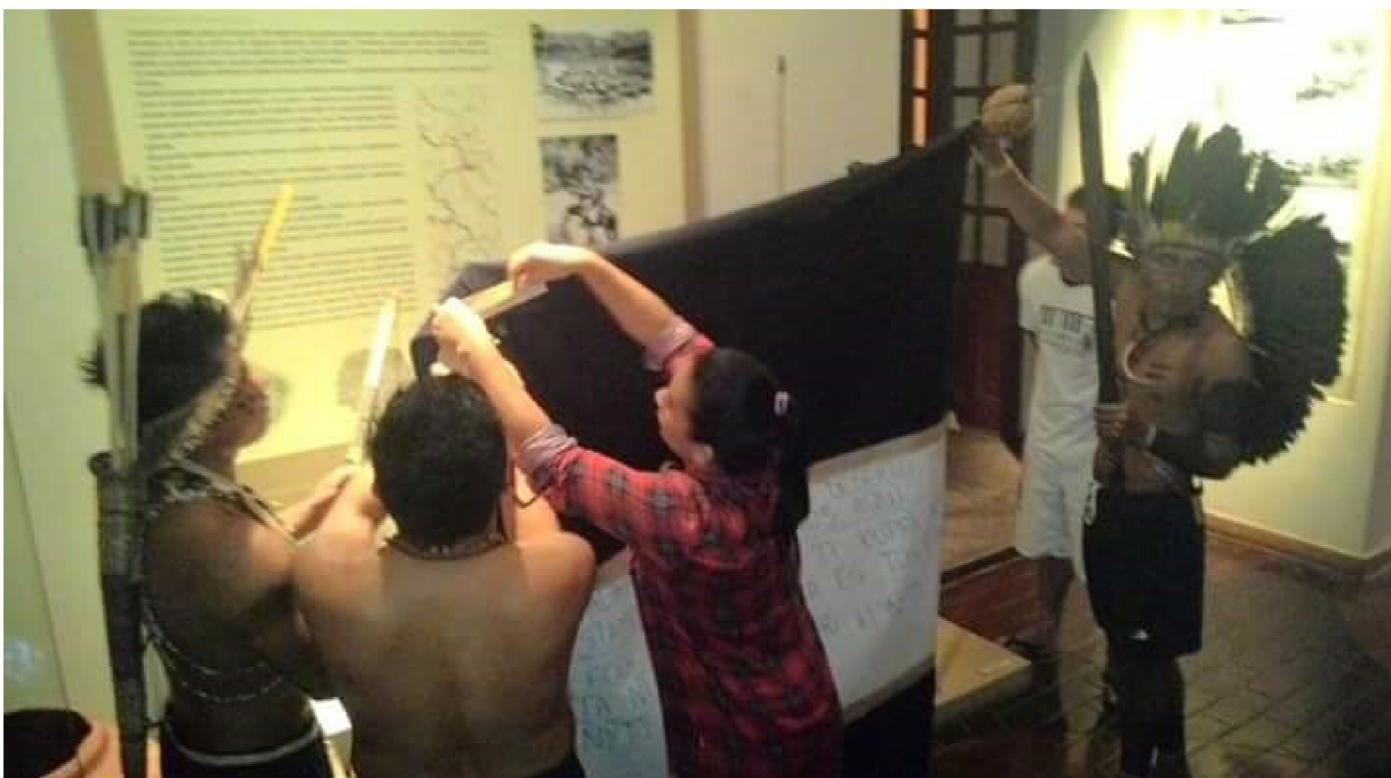


IMAGEM 3 - Indigenas Kaingang cobrindo o painel de abertura da exposição, com pano e mensagem.
Foto: Luis Henrique Mioto, 2016

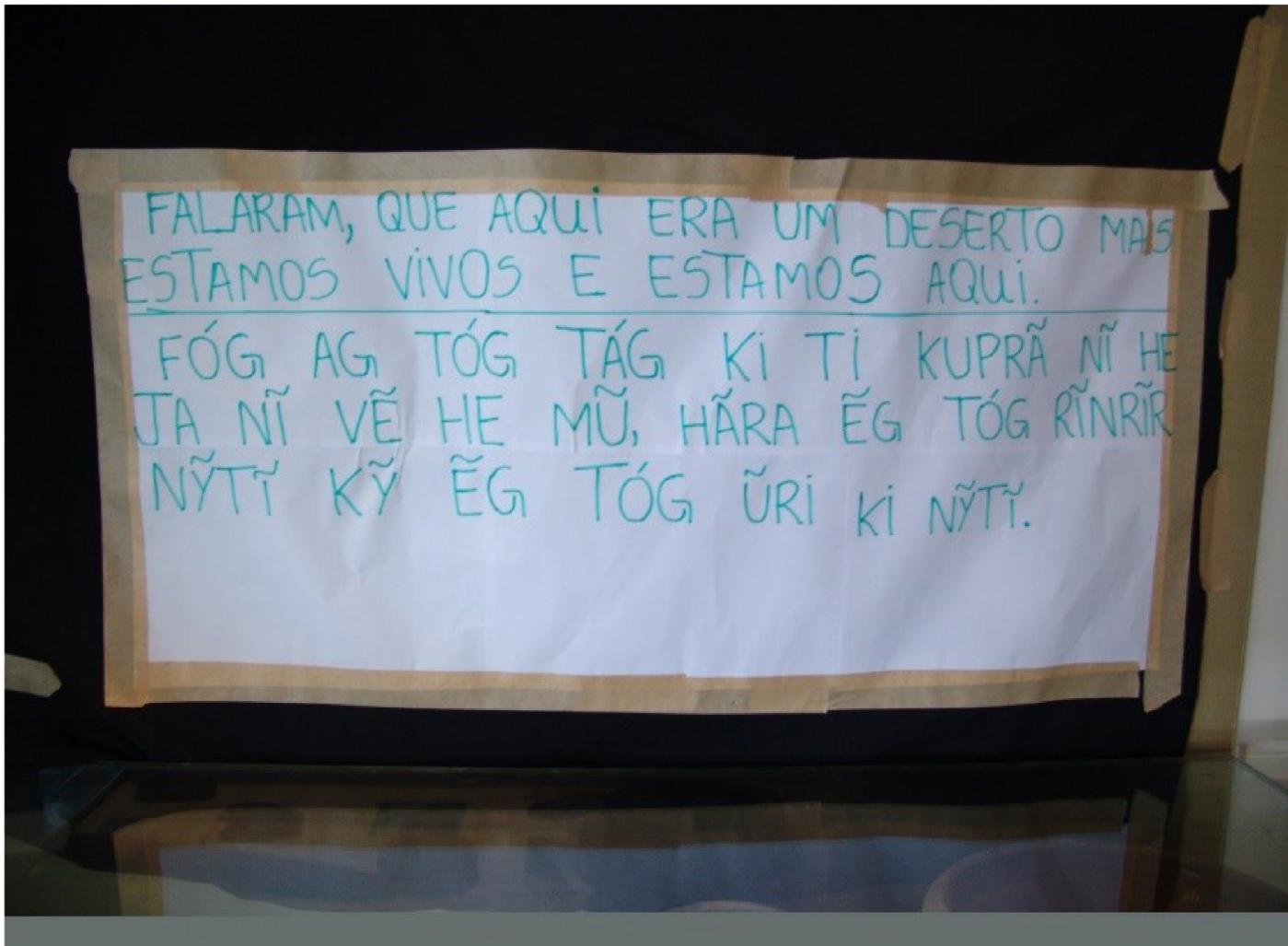


IMAGEM 4 - Pano com mensagem-protesto escrita pelos Kaingang, cobrindo o painel da exposição de longa duração.
Foto: Luis Henrique Miotto, 2016.

O público presente, a diretoria e técnicos do Museu Histórico aplaudiram e deram total apoio à ação. No texto de sua dissertação a pesquisadora Danielle Krislaine Pereira pergunta a diretora Regina sobre a iniciativa dessa ação-protesto, ela faz então a seguinte fala:

Olha, está mais ligada ao CMCK, mas está ligada ao Museu também, pois nós temos esse constrangimento, existe essa desatualização historiográfica e histórica. O discurso do “vazio demográfico” é um discurso superado, então não faz muito sentido, politicamente e historicamente foi superado, então ele incomoda. Nós procuramos manter um contato, já fizemos uma grande exposição sobre os povos indígenas do Norte do Paraná, nós publicamos um catálogo com a participação deles, um catálogo trilingue, português, guarani e kaingang. Então, fazemos algumas ações, constituímos contato com algumas pessoas que pesquisam sobre os indígenas e conversamos sobre essa desatualização de informações. Então, o Museu ficou incomodado com essa narrativa desatualizada, mas o CMCK se mostrou ainda mais incomodado. Eu acho que a presença do CMCK na Terra Indígena é muito importante, porque assim, quando se tem uma manifestação de um outro não é uma vontade organizada, agora tendo o CMCK, ela aglutina essa preocupação, discute e levamos para frente. [...] Bom, então, fruto de tudo isso, desse diálogo, desse movimento, nós realizamos esse Seminário, nós convidamos os indígenas e claro que uma questão que iria aparecer era a narrativa do Museu, lógico, e apareceu. Os indígenas e o pessoal do CMCK falaram “Nós não concordamos com essa narrativa, queremos que mude essa narrativa”. Sim, vocês estão certos, então nós concordamos. Certo, mas nós precisamos assim de um gesto, nós precisamos de um *start*, de um começar, para assim mudar a exposição. Daí eles falaram “Vamos começar, nós vamos nos manifestar e pedir”. Então eles fizeram sábado à noite, o último dia do evento, eles fizeram uma manifestação com dança, com cantos, veio muita gente, muita gente e no meu

ponto de vista, foi muito bonito, politicamente muito forte, e eu acho que além de forte, foi muito bonito, no sentido que foi muito humano. Fiquei feliz com o Museu de recebê-los e de certo modo fazer o seu papel que é abrir espaço para diálogo. (PEREIRA, 2018, p.27-28).

Neste mesmo evento, a diretora Regina convidou, então, o CMCK para colaborar na coordenação da readequação da exposição de longa duração, iniciando a parceria que resultaria na sua transformação.

Um mês após esse Seminário, em julho de 2016, nós do CMCK e a diretora Regina participamos do evento “I Encontro de Museologia Indígena no Oeste Paulista” organizado pelos Kaingang e ocorrido dentro da Terra Indígena Vanuíre em parceria com Museu Índia Vanuíre, na cidade de Tupã-SP. Regina dialogou junto aos Kaingang presentes sobre a abertura à memória indígena que o Museu Histórico de Londrina vinha buscando contemplar. O grupo do CMCK exibiu o filme “**Ëg ãn: nossa casa**” e participaram das palestras do evento. A participação neste evento e a visita ao Museu Índia Vanuíre, que contém grande inclusão da memória indígena em sua narrativa, serviu para refletir sobre como faríamos para pensar a nova exposição do Museu Histórico de Londrina.



IMAGEM 5 - A, então, diretora do Museu Histórico de Londrina professora Regina Celia Alegro participando de evento dentro da Terra Indígena Vanuire Kaingang. Foto: Luis Henrique Mioto, julho de 2016.

3. A Estratégia para a realização da nova exposição

A partir da segunda metade do ano de 2016, foi organizada então uma sequência de oficinas de capacitação a nós pesquisadores não-indígenas e aos Kaingang do Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK), ofertadas por técnicos do Museu Histórico, para que os mesmos se aproximassem dos saberes museológicos e pudessem, assim, colaborar com a criação do conceito para a revisão da exposição de longa duração.

Essas oficinas tiveram a duração de mais de um ano (entre 2016 e 2017). Os Kaingang do CMCK tiveram oficinas de cuidado e catalogação de acervo, além de várias reflexões sobre como pensar uma exposição museal, conheceram os objetos, fotos e o acervo técnico do Museu. As oficinas foram ministradas pelos técnicos Amauri Ramos da Silva, Célia Rodrigues de Oliveira e Ruth Hiromi Shigaki Ueda⁸.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as oficinas, em diálogo com os Kaingang e junto com a diretoria do Museu, organizávamos o projeto e planta baixa da nova exposição.



IMAGEM 6 e 7 - Técnicos do Museu Histórico, Amauri Ramos da Silva a esquerda e Célia Rodrigues de Oliveira a direita, ministrando oficinas para os indígenas do CMCK. Fotos: Luis Henrique Mioto, 2017.

Este estudo, realizado entre 2017 e início de 2018, junto aos indígenas Kaingang do CMCK de como visualizavam suas memórias no espaço do Museu, foi analisado pelos técnicos e Diretoria do Museu Histórico e resultou em um modelo inicial de **planta baixa** para intervenção na exposição, que planejava incluir objetos, imagens, painéis e textos alocados no espaço da **primeira sala** ("sala prefácio") da exposição de longa duração.

Decidimos, a partir deste estudo, escrever um projeto junto ao edital do PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina) para captar recursos para a execução da readequação da exposição. Chamamos o projeto de "Inclusão da memória indígena na exposição permanente do Museu Histórico de Londrina" e anexamos nele a planta baixa composta junto aos indígenas. O projeto foi aprovado no edital de 2018⁹. O projeto trazia, ainda, uma ampliação da ideia que até então tínhamos construindo, ele trazia como um dos objetivos estender o convite para que indígenas **Guarani** e **Xetá** intervissem, também, na exposição, além dos **Kaingang** que dialogávamos.

⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre essa ação das oficinas aos Kaingang, ver a matéria publicada em texto e em áudio formato podcast pela rádio web Alma Londrina - jornalismo cultural: <https://almalondrina.com.br/kaingangs-aprendem-a-imortalizar-a-propria-historia/>

⁹ Esse projeto foi aprovado com nota máxima pelos avaliadores, em nenhum outro momento na história do PROMIC (que existe desde 2002) um projeto fora aprovado com nota máxima. É importante citarmos isso pois demonstra o acolhimento e urgência desta ação sendo reconhecida pelo poder público e pela comunidade londrinense. As ações desta intervenção do Museu eram, portanto, demanda de toda sociedade.

4. A Organização prática da nova exposição

A partir de meados de 2018, com o recebimento do recurso do PROMIC, as ações e reuniões do projeto se sistematizaram com maior intensidade. A proposta da intervenção na exposição se amplia, a princípio era prevista uma intervenção localizada apenas na primeira sala da exposição ("sala prefácio"), porém com o avanço das reuniões e debates fomos convidados a intervir em todas as quatro salas da exposição de longa duração. Isso ampliou consideravelmente o trabalho dos pesquisadores mas aprofundou a narrativa da memória presente dos indígenas. Era uma das demandas mais levantadas pelos indígenas: que na nova narrativa da exposição se trouxesse não apenas a história do passado, mas sim a presença indígena no presente e na história da região, por isso se tornou importante a intervenção ao longo de todas as salas da exposição.

Em fevereiro de 2019, toma posse da diretoria do Museu História a professora e historiadora Edméia Aparecida Ribeiro, que passa a acompanhar e contribuir nas ações do projeto.

As reuniões ocorreram sempre na sede do Museu Histórico com a participação ativa dos indígenas das três etnias que – em diálogo com pesquisadores não-indígenas e com a diretora e técnicos do Museu Histórico – pensaram a curadoria da exposição, escreveram os textos dos painéis, trouxeram objetos pertencentes as suas culturas tradicionais para compor o acervo tridimensional da exposição, escolheram as legendas e o posicionamento de cada um dos objetos.



IMAGEM 8 - O ancião kaingang Tapixi conversando com a professora Kimiye Tommasino - Foto: Luis Henrique Mioto, 2017.



IMAGEM 9 - Da esquerda para a direita: Eduardo Tardeli, Luis Henrique Miotto, Amauri Ramos da Silva, Tiago Pyn Tahn Almeida, Alexandro da Silva e Fernanda Nasser Dornelles, em reunião no Museu Histórico de Londrina.
Foto: Eduardo Tardeli, 2019.

Além dos pesquisadores Luis Henrique Miotto, Eduardo Tardeli e Fernanda Nasser Dornelles e dos indígenas do CMCK, em especial o ancião Kaingang João Maria Rodrigues Tapixi, o projeto passou a contar com a colaboração dos indígenas Claudemir da Silva (Xetá da Terra Indígena São Jerônimo), Tiago Pyn Tahn de Almeida (Kaingang), Rodrigo Luis (Ava Guarani) e Alexandro da Silva (Guarani Nhandewa). Também colaboraram com a pesquisa, textos e conceito da exposição a professora Kimiye Tommasino que fez importante carreira no departamento de ciências sociais da UEL, o professor Lúcio Tadeu Mota do departamento de história da Universidade Estadual de Maringá – UEM e o professor Guarani PhD em astronomia Germano Bruno Afonso. A exposição teve trabalho gráfico da designer Petra Schauff e importante contribuição do técnico do Museu Amauri Ramos da Silva e da diretora Edméia Aparecida Ribeiro.

No dia 07 de dezembro de 2019, o Museu Histórico reinaugura, finalmente, a sua exposição de longa duração com a memória indígena não mais silenciada em sua narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRO, Regina Célia; LIMA, Leilane Patrícia. Indígenas na paisagem londrinense: uma discussão necessária na perspectiva do Patrimônio Histórico-Cultural. **Boletim Museu histórico de Londrina**, Londrina, v. 4, n. 7, p. 8-9, 2012.

ALEGRO, Regina Célia. Exposição: povos indígenas no Norte do Paraná. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v. 4, n. 8, p. 7, 2013.

PEREIRA, Daniele Krislaine. **Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui: caminhos para o ensino de história e cultura indígena na escola**". Orientador: Sandra Regina Ferreira de Oliveira. 2018. 1v p. Tese (Mestre em Educação) - Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes., Londrina, 2018.

1.2 Ampliando a narrativa histórica do norte pioneiro: o caso da inclusão da memória indígena na exposição de longa duração do Museu Histórico de Londrina

Eduardo Tardeli de Jesus Andrade¹⁰
Fernanda Nasser Dornelles¹¹

Em junho de 2016, no Museu Histórico de Londrina (MHL), durante o “Seminário sobre Culturas Indígenas e Patrimônios Museológicos do Paraná”, a exposição de longa duração do Museu seria questionada pelos indígenas e não voltaria nunca mais a ser a mesma.

As mudanças na exposição começaram a partir de uma manifestação de protesto dos indígenas da etnia Kaingang, em que cobriram com um pano preto o painel central da sala prefácio, sala que dá início à exposição, e nesse pano colaram um cartaz que dizia: “Falaram que aqui era um deserto, mas estamos vivos e estamos aqui”. Escreveram também na língua Kaingang: “Fóg ag tóg tág ki ti kuprã nĩ he já nĩ vẽ he mũ, hãra ẽg tóg rĩnrĩr nỹtĩ kỹ ẽg tóg ũri ki nỹtĩ”. E é aí que aparece o sujeito oculto referente ao “falaram” da frase em português. Quem disse que era um deserto, neste caso os “fóg”, que no dialeto Kaingang denomina o não índio? O homem branco é quem contava até então, de forma unilateral, a história desse território.

O painel permaneceu coberto por mais de nove meses e gerou muitos questionamentos e reflexões da comunidade que visitou o museu neste período. Todos foram levados a uma reflexão mais profunda sobre a ausência da memória indígena na exposição de longa duração do Museu e mais especificamente a forma como a única referência a eles era feita, como povos que permaneciam no passado, e que, no entanto, estavam ali gritando que estavam vivos e presentes nesta região.

O que gerou indignação nos indígenas é que no painel coberto estava escrito que o território da atual cidade de Londrina, antes da década de 1930, quando da colonização da região e fundação da cidade, era um “vazio de gente”, negando assim a ocupação deste território, pelos Kaingang, a mais de três mil anos antes do presente (A.P.) e de outros povos indígenas a mais de dez mil anos A.P.

O aprofundamento do debate sobre a “memória indígena” no MHL, enquanto um espaço que guarda a memória local se intensifica justamente a partir da presença indígena no Museu. Seja nos eventos em que estiveram presentes a convite do Museu, em Oficinas de catalogação de acervo ofertadas pela equipe do Museu ao Centro de Memória e Cultura Kaingang, seja no trabalho de estagiários indígenas que passam a catalogar um imenso acervo disponibilizado pela professora antropóloga Dra Kimiye Tommasino, fruto dos seus vários anos de trabalho de campo, e, sobretudo, pela intervenção relatada acima, no painel “O Sertão do Tibagi”, que dava início a narrativa histórica do norte pioneiro. Nesse ato, protestam a narrativa que os mencionam apenas como etnias que estiveram presentes na região, antecedendo o avanço do “progresso” em detrimento de um possível vazio demográfico, justificando e ocultando o verdadeiro processo de invasão de suas terras.

Gomes e Oliveira (2010) em sua análise da construção social da memória no Museu do Ceará também tratam das lacunas ou mesmo ocultamento de certos sujeitos. Os autores apontam que esse “silenciamento” costuma ser comum nos museus tradicionais, prevalecendo o discurso do colonizador e das elites locais, inclusive fazendo alusão estigmatizada e ultrapassada aos povos originários, ainda que o acervo dessas instituições seja composto também de objetos originariamente ameríndios.

¹⁰ Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Professor de Sociologia na Educação básica do ensino público. Coordenador do Centro de Memória e Cultura Kaingang na Terra Indígena Apucarana.

¹¹ Graduada e mestra em Engenharia Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Coordenadora do Centro de Memória e Cultura Kaingang na Terra Indígena Apucarana.

Nesse contexto, Mário Chagas (2002) traz uma colocação muito pertinente:

As instituições que tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros culturais, apresentam um determinado discurso sobre a realidade. Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala. (CHAGAS, 2002, p. 35).

A presença indígena é uma realidade, ainda que a época do protesto estivesse presente apenas no acervo técnico do MHL e que permeasse as intenções de pesquisa e as ações museais da diretoria e da equipe do Museu. A presença física dessa comunidade contribuiu para exacerbar o incômodo da narrativa histórica das primeiras décadas da história de Londrina que os coloca como algo do passado. A própria dinâmica do Museu, e das pesquisas que encontram apoio institucional nele, movimentaram-se no sentido de questionar e contrapor as lacunas existentes nesse discurso. A realização desse contraponto foi consumada a partir do convite da diretoria do MHL¹² para que os pesquisadores indígenas e não-indígenas assumam a sua execução. Intensificam-se as discussões de como a inclusão dessa memória e dessa realidade contemporânea poderia ocupar as lacunas que lhe cabem.

Uma outra forma de se pensar os museus é abordada pelo autor Fernandes (2013) em sua análise dos marcos históricos, como o Estatuto dos Museus em 2009. Essa perspectiva que dialoga com a conjuntura encontrada pelos primeiros debates sobre a inclusão da memória indígena do norte do Paraná na exposição do MHL. Segundo o autor:

Com os aportes teóricos da Nova Museologia, passou-se da concepção de museu como elemento de constituição da identidade nacional, que se pretendia única, homogênea e unívoca, para o museu como espaço de afirmação de outros segmentos sociais. Hoje, com a Nova Museologia e o avanço epistemológico das ciências sociais, os museus passam a ser considerados importantes suportes da memória e elementos de afirmação da identidade cultural de uma dada coletividade. Assim, os museus, sobretudo os de natureza histórica, buscam, através de suas exposições, não mais a afirmação de uma dada identidade nacional, mas sim o reconhecimento, a promoção e a valorização da diversidade cultural (FERNANDES, 2013, p.5).

Fernandes (2013) traz ainda uma discussão sobre a importância da exposição museal dialogar francamente com a população de forma plural, que atinja seus diversos visitantes e habitantes da região em sua ampla diversidade cultural e que faça sentido aos diversos protagonistas de sua história, da história da região a qual a exposição pretende retratar. Nas palavras do autor:

Afinal de contas, pouco importa se o museu seja um local onde se guardam coisas velhas ou novas. O importante é que ele seja um espaço que dialogue com a vida cotidiana das pessoas, estimule a reflexão crítica e proponha ações que as ajudem a construir seus próprios sonhos. Por fim, consideramos que uma política cultural consentânea com o princípio da cidadania – o direito de todos aos bens e valores de nossa rica diversidade cultural – deve incorporar a necessidade de se criarem novas instituições

¹² Quando realizado o protesto pelos indígenas, a diretora do Museu Histórico de Londrina era a Profa. Dra. Regina Célia Alegro, que organizou uma exposição temporária sobre a cultura indígena no Museu, e também o seminário sobre culturas indígenas e arqueologia, e sempre incentivou e debateu conosco possíveis formas de inclusão da memória indígena na exposição. Depois de aprovado o projeto pelo PROMIC, Programa de Incentivo Municipal à Cultura de Londrina, e em meio ao processo de criação da exposição indígena, a Profa. Dra. Edmeia Ribeiro assumiu a diretoria do MHL e também foi uma grande parceira, que incentivou e debateu conosco durante toda a construção da exposição.

museológicas nos municípios brasileiros e de dotar as já existentes de condições factíveis de funcionamento, de forma a promover o acesso da população a esses equipamentos culturais, para que se garanta efetivamente a todos os brasileiros o direito à memória em toda a sua plenitude (FERNANDES, 2013, p.5-6).

Mario Chagas (2002) traz uma contribuição importante quando aborda a origem do vocábulo museu, no Templo das Musas, Grécia, que por sua vez foram geradas a partir da união celebrada entre Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória). O autor reflete:

Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas. É fácil compreender, por esta picada mítica, que os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória. Essa compreensão está atrelada ao reconhecimento da deficiência imunológica da memória em relação ao contágio virótico do poder e da inteira dependência química do poder em relação ao entorpecimento da memória (CHAGAS, 2002, p.52).

A construção da narrativa a partir da fala indígena se torna uma premissa. Não só pelo espaço de fala ser genuíno, mas pela necessidade de se aliar o preenchimento das lacunas na narrativa histórica com a realidade existencial dessas comunidades nos dias atuais, enquanto grupos étnicos com identidade cultural latente. Recorte que fica explícito na fala dos próprios indígenas ao afirmarem que não só sua saga histórica foi negligenciada, mas que também a sua existência nessa região geográfica está ocultada ali naquela narrativa, trazendo um estranhamento frente à realidade de existência e resistência desses grupos étnicos por séculos até os dias de hoje.

Os debates encontram um ponto importante ao longo de seu amadurecimento, que vem a ser o custeio das ações que promovem a memória local dentro do Museu. Os pesquisadores e demais envolvidos começam a debater formas de fomento da pesquisa, realidade não muito animadora frente à escassez de recursos que os museus vinham experienciando de forma mais crítica na conjuntura política daquele ano. Como recurso os pesquisadores não indígenas lançam mão de uma ferramenta já comum as suas ações culturais na cidade, bem como da própria diretoria do MHL para manter colaborar no fomento das suas atividades, sendo ela o edital do Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina – PROMIC. A proposta da inclusão encontra espaço na política pública municipal para cultura, especificamente na linha de preservação do Patrimônio Material e Imaterial, muito bem consolidada pela Secretaria de Cultura do Município.

Com incentivo público e com o apoio político e técnico do MHL, a construção da exposição que inclui a memória indígena na exposição de longa duração do MHL seguiu de maneira coletiva, como nos primeiros debates. A curadoria se fortaleceu durante mais de um ano de encontros entre toda a equipe envolvida, diretoria e técnicos do Museu, pesquisadores não indígenas e representantes das comunidades indígenas. A riqueza do debate vai se dando ao longo dos encontros.

A proposta abriu espaço para que os indígenas, no espaço físico do museu, revelassem a sua percepção da importância daquele processo, lembrassem sua própria história e entrassem em contato com o acervo técnico do MHL e, portanto, com fragmentos e registros de sua própria história e ancestralidade, dessa forma promovendo o fortalecimento da identidade indígena.

Esta nova exposição, que inclui a história dos povos caçadores-coletores da região e das três etnias indígenas presentes no Estado do Paraná, e o diálogo que ela promove com os visitantes do MHL, tem por conseqüências uma constante quebra de preconceitos por parte do não-índio, que começa a ter conhecimento dessas histórias de milhares de anos de nossos antepassados, tão ricas e peculiares, e que se faz também presente nos dias de hoje.

Em meio a uma conjuntura histórica em que a sociedade volta a ser assombrada pelos ataques às minorias e à bandeira da diversidade, a nova exposição do MHL se faz presente em um local bastante estratégico para a cidade, tem a visitação de dezenas de milhares de pessoas por ano, principalmente de crianças que o visitam com as Escolas, contribuindo para a formação destas sobre a história local em sua pluralidade de atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. 135 p.

_____. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**. ULHT, v.19, n.19, 2002.

FERNANDES, J. R. O. Museologia brasileira: novo marco regulatório. **Revista VOX: Museu, Arte e Patrimônio**, FMGR, v. 1, p. 255- 262, 2013.

GOMES, Alexandre de Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Museologia e Patrimônio**, Unirio/MAST, v. 3, n. 2, p. 42-55, 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/in>. Acesso em: 5 jun. 2018.

I.3 A Identidade e história Guarani no Museu Histórico de Londrina

Alexandro da Silva Nhandewa ¹³

Ser guarani é fazer parte de uma nação, o GUARANI é um POVO, e temos nossas parcialidades Mbýa, Kaiowá, Nhandewa, Awa Guarani, etc. A nossa ancestralidade vem do tronco tupi. O tronco genealógico tupi é um dos maiores que existe dentro dos variados povos indígenas que existem no Brasil. Lembrando que de acordo com o último censo do IBGE de 2010, existem e resistem 305 povos, com 274 línguas faladas no Brasil. O Guarani é um destes povos, com sua língua própria e uma organização cosmológica própria. O etnólogo Curt Nimuendaju em seu mapa etno-histórico, assinala que na época da invasão do Brasil havia cerca de 1400 povos, com uma família lingüística extensa no território brasileiro e situa que havia Tupi-Guarani, Jê, Karib, Aruak, Xirianá, Tucano, etc. Neste cenário de grandes populações de indígenas, o guarani era e continua sendo um dos maiores povos existentes no Brasil.

Portanto, falar do povo, a nação guarani, é considerar seu modo de ser, o que na língua guarani chama-se Nhandereko (nosso modo de ser). Expressar o que é ser guarani não é muito fácil para quem não conhece os indígenas no Brasil. Neste sentido, a constatação é que em pleno século XXI, os não indígenas sabem muito pouco sobre os indígenas, e o pouco que sabem foi ensinado por meio de livros de histórias. Histórias essas que foram escritas somente sobre um viés, o viés dos “vencedores”, como se as histórias de quem perdeu não merecessem ser escritas, e quando são escritas, são contadas com verbo sempre no passado, como se os povos indígenas tivessem congelado no passado. Portanto, é fundamental que possamos montar uma exposição que seja fiel a história de resistências do povo Guarani.

Por isso, quando se fala dos povos indígenas, seja qual povo for, é necessário saber que é uma grande responsabilidade. Então, quando em 2017 fui convidado para ajudar na inserção da história guarani no Museu Histórico de Londrina, a percepção que tive logo que aceitei o desafio foi de que eu estava tendo uma oportunidade de contar um pouco da história dos guaranis. Era uma oportunidade de ocupar o espaço dentro do lugar que há muito tempo contava essa história de forma unilateral, era o que estava faltando para dar visibilidade à cultura, às tradições e à ancestralidade do povo Guarani.

Em 2017, a oportunidade da inserção da história guarani no museu de Londrina se consolidou por meio do apoio do Programa Municipal de Incentivo a Cultura (PROMIC), onde, no Museu Histórico de Londrina, tínhamos a incumbência de montar uma exposição permanente da história Guarani, Kaingang e Xetá. As três etnias teriam suas histórias de resistência contadas por meio da exposição. Seria uma oportunidade de expor todas as histórias das três etnias, que por muito tempo a população de Londrina não conhecia. Lembrando que o colonizador que chamou Londrina de pequena Londres, também afirmou que aqui não havia ninguém. Ou seja, havia o que o colonizador chamava de “vazio demográfico”. E quando fui convidado, o primeiro pensamento que veio à mente foi fazer uma exposição que desconstruísse essa ideia do “vazio demográfico”. Como são três etnias, com suas especificidades culturais históricas diferentes, eu fiquei com a parte Guarani.

Quando começamos planejar a exposição da história Guarani, o primeiro passo foi a construção do céu guarani, pois a organização da cultura guarani se dá sobre a compreensão do que é o tempo, tempo este relacionado ao universo e tudo que nele contém.

¹³ Estudante Indígena de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina, membro da Articulação dos Estudantes indígenas da UEL - ARTEIN, Representante Indígena na comissão Universidade para Indígena- CUIA-UEL, Organizador e autor do livro TETÁ TEKHOHA-EG TŶ EG JYKRE TÓ VESOG KI - Cidade e Aldeia- nossa história contada por nós mesmos.

Acredita-se que a posição do sol, das estrelas, posição da lua, o frio, o vento, a natureza estão sempre dizendo algo. Então, é o céu que norteia o modo de ser Guarani, tanto material, quanto espiritual. Assim, para o Guarani, toda construção celeste é organizada por Nhanderu (nosso pai, ou Deus para o não indígena) o qual deixa sinais para guiar o povo Guarani.

De início, dentro desse planejamento da equipe do projeto, surgiram muitas idéias. Porém, percebemos que não daria tempo para executar todas. Então, tivemos que escolher quais elementos mais essenciais da cultura guarani iria para a exposição, mas sempre levando em consideração que a cultura guarani é composta de elementos não separáveis. Neste sentido, toda exposição com artesanato, os textos escritos, pinturas, tinham que refletir muito bem o que é a cultura Guarani.

Então o que fizemos foi montar a exposição de maneira que mostrasse a presença indígena neste território de Londrina, e afirmar que os indígenas já estavam aqui antes do colonizador invadir esta terra, e que estes ainda continuam aqui neste território, com a mesma identidade forte dos seus antepassados, resistindo, reafirmando e ocupando os espaços que antes lhes foram negado.

Portanto, a construção da exposição do museu, inserindo a cultura indígena Guarani, teria que abordar não só o indígena no passado, teria que contemplar a cultura indígena também nos dias de hoje. Era preciso mostrar que o Guarani também vive inserido na modernidade de hoje, por isso pensamos a importância de mostrar que os Guaranis estão na universidade, estão contando suas histórias por meio de produções de filmes sobre a cultura, mostrando que tem suas escolas nas comunidades, fazendo a sua própria educação, ou seja, era preciso colocar que o indígena sabe usufruir da tecnologia, da educação, mas que nem por isso deixa de ser indígena, e que a modernidade e a tecnologia são usadas pelos indígenas como sendo uma forma de dar visibilidade para a sua cultura e fortalecer as lutas desses povos.

Então, demarcar este espaço do museu de Londrina com essas histórias, levar para sociedade que os indígenas estão aqui e que sempre estiveram, e mostrar que os povos indígenas são ancestrais, mas também são povos atuais, é uma maneira de mostrar que os indígenas resistiram e tem uma história de resistência para ser conhecida e que jamais foram povos que ficaram congelados no passado. Assim, mostrar que o guarani também é um povo da atualidade, sem deixar a ancestralidade de lado, e que futuramente estarão presentes neste mundo cada vez mais moderno sem deixar de ser indígena.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Os índios do Brasil em 1500 e O imaginário colonial. In: **A PRESENÇA** Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. cap. Introdução, p. 17 - 31. ISBN 978-85-60731-17-6. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

1.4 Breve comentário sobre a inclusão dos povos indígenas na Exposição Permanente do Museu Histórico de Londrina

Kimiye Tommasino¹⁴

O objetivo deste artigo¹⁵ é tecer alguns comentários sobre a importância e o significado da inauguração do Projeto “Inclusão da Memória Indígena na Exposição Permanente do Museu Histórico de Londrina”, ocorrida no dia 07/12/2019, evento auspicioso tanto para o Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” (MHL) quanto para as comunidades indígenas que estiveram ausentes desse espaço até, digamos, a véspera.

A iniciativa do MHL com este projeto vem recompensar uma dívida histórica com relação aos povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá no norte do Paraná, resgatando sua voz e dando-lhes visibilidade na história da região. A história do norte do estado não foi realizada, a partir de 1930, apenas pela ação de *pioneiros* brancos, nacionais, imigrantes europeus e asiáticos. Os povos originários desta região do país tiveram que enfrentar a violência, a perda de suas terras que garantiam sua sobrevivência física e cultural, bem como a dizimação e a morte.

Conheço os povos indígenas da região norte-paranaense há 35 anos e só posso parabenizar os realizadores do projeto que envolveu docentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) de vários departamentos e estudantes de vários cursos, inclusive alguns das etnias Kaingang, Guarani e Xetá.

Apesar da ausência dos povos indígenas na história oficial de Londrina, como bem revelava a exposição permanente, antes de sua inclusão, penso que este evento pode ser pensado como um dos muitos desdobramentos de um processo que teve início em junho de 1985, quando todas as comunidades indígenas da região norte-paranaense se rebelaram e ocuparam as dependências da Administração Regional da Fundação Nacional do Índio em Londrina (ARLO/FUNAI), durante mais de 70 dias. O movimento era contra a nomeação de um indigenista como administrador da ARLO, conhecido por ter perseguido e praticado, em passado recente, abusos de poder contra indígenas do Paraná.

Até então invisíveis aos olhos da sociedade local, os indígenas se tornaram o foco principal da mídia escrita e televisionada. Estiveram no Paço Municipal conversando com os vereadores, se manifestaram na Praça Primeiro de Maio na Concha Acústica e solicitaram apoio da imprensa, dos jornalistas e dos segmentos progressistas da sociedade londrinense. Nesse momento, jornalistas e professores da UEL se solidarizaram com o movimento indígena e, depois de vários episódios divulgados amplamente pela mídia, os Kaingang e Guarani escolheram o nome de outro indigenista de uma lista tríplice que lhes foi apresentada. Pela primeira vez, na história londrinense, os indígenas se tornaram visíveis, apareceram na mídia usando alguns paramentos de *índios* (cocares, bordunas, arcos e flechas, pinturas faciais), entre si falavam línguas Kaingang e Guarani e com os brancos, usavam o português.

Nessa ocasião, fizeram de tudo para mostrar que eram Guarani e Kaingang, falando para os *Juruá* (*branco*, na língua guarani) ou / e para os *Fóg* (*branco*, na língua Kaingang). Esse momento teve uma importância prática e simbólica na vida dos povos Kaingang e Guarani

¹⁴ Professora (aposentada) do Departamento de Ciências Sociais da UEL. Doutora em Antropologia Social pela USP. Contato: kimiyel3@gmail.com

¹⁵ O presente artigo é uma adaptação, um pouco ampliada, da minha fala durante a inauguração do Projeto “Inclusão da Memória Indígena na Exposição Permanente do Museu Histórico de Londrina”, ocorrida no dia 07/12/2019. Ao formalizar um artigo para publicação, tive de complementar alguns fatos apenas lembrados em passant, para melhor compreensão dos leitores. Agradeço aos pesquisadores Eduardo Tardeli, Fernanda Nasser, Luis Henrique Mito, Wagner Roberto Amaral e à amiga e universitária Genilda Maria Rodrigues por me terem enviado alguns dados complementares para a escrita do presente artigo. Agradeço também ao Marcos Cavalheiro, chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI em Londrina pelas informações sobre os programas de compensação da COPEL pela PCH da TI Apucarana e pela UHE Mauá a todas as TIs das bacias do Tibagi, Laranjinhas e Cinzas.

no Paraná: conseguiram enfrentar a instituição tutelar e indicaram outro indigenista para administrar a ARLO. A partir desse movimento, em todos os momentos futuros de luta pelos seus direitos, os indígenas passaram a assumir a sua identidade étnica, a Kaingang, a Guarani e a Xetá, sempre paramentados como *índios*, usando adornos plumários e pinturas corporais. Mais do que apenas uma roupa externa, os novos *kujá*¹⁶ Kaingang passaram a preparar ritualmente os novos *guerreiros* para enfrentar as batalhas contemporâneas, como aconteceu em 2006, quando negociaram a indenização pela Pequena Central Hidrelétrica (PCH) da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), que existe dentro da Terra Indígena (TI) Apucarana.

Bem, no bojo desse episódio de 1985, criou-se um canal de comunicação entre as *lideranças*¹⁷ indígenas e alguns professores da UEL. Essas *lideranças* propunham uma parceria com os professores da UEL que tivesse mão dupla, ou seja, que os professores pudessem fazer suas pesquisas nas aldeias, mas que as comunidades indígenas tivessem algum tipo de retorno ou benefício¹⁸. Em 1987 foi firmado um convênio colaborativo entre a UEL e a FUNAI, após um ano de discussões internas na Coordenadoria de Extensão à Comunidade (CEC), com representantes de todos os departamentos que se mostraram interessados em contribuir com projetos de pesquisa e de extensão junto às comunidades indígenas da região norte. Alguns projetos de pesquisa e extensão foram implementados e deram início às primeiras parcerias entre os professores da UEL e os Kaingang, os Guarani e os Xetá, ao longo dos anos seguintes.

Os projetos de pesquisa envolveram docentes e bolsistas de iniciação científica (IC) de vários departamentos. Além da produção científica dos professores, também foram produzidas várias monografias de bacharelado e de especialização dos alunos. Vários desses alunos continuaram pesquisando nas TIs como mestrandos e doutorandos, o que considero desdobramento natural do processo iniciado.

Inúmeros projetos de extensão foram registrados e executados; também eles envolveram professores e alunos. Vou apenas citar alguns porque estão na minha memória ou porque participei como executora ou colaboradora, de uma forma ou outra. Não poderia citar todas porque não é o objetivo desse texto, mas sim mostrar que aquele canal de comunicação, aberto em 1985, resultou em benefícios para ambas as partes, comunidade universitária e comunidades indígenas.

I. Projeto "Encontro Xetá: os sobreviventes do extermínio"

Esse projeto foi executado em 1994¹⁹ pelo Departamento de Ciências Sociais. Teve como objetivo atender um pedido de alguns Xetá²⁰, num encontro ocorrido em 1989 em Wenceslau Brás, quando fomos, a professora Marcolina Carvalho e eu, testemunhas de defesa num júri popular onde um dos Xetá foi a julgamento. Lá conhecemos quatro Xetá: Tikuein, Tucanambá, ã e Kuein. Após a sessão do julgamento, eles solicitaram ajuda da UEL para um sonho que tinham: reunir todos os sobreviventes Xetá, que ficaram separados desde a infância, quando foram raptados por brancos e não tiveram mais contatos entre si. Quando adultos, esses sobreviventes casaram-se com pessoas de outras etnias, Kaingang, Guarani e não-indígenas. Alguns viviam em terras Kaingang, outros nas cidades do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Queriam que o encontro fosse em local onde pudessem conversar com

16 Segundo Ricardo Cid Fernandes (2003) *Kujá* é o termo Kaingang para xamã. Ele é capaz de acessar o mundo sobrenatural, prever o futuro e negociar nesse mundo, a cura para algum mal. Ele é um negociador espiritual, um visionário, um especialista em cura. Seu poder está diretamente relacionado com o poder de seus guias espirituais.

17 Os indígenas no Paraná denominam *lideranças* as autoridades indígenas que cada comunidade possui em dado momento. Em cada TI a liderança é composta pelo cacique + vice cacique + conselheiro + polícia indígena. A liderança cumpre funções relativas ao controle social, à tomada de decisões entre outras. Para maiores esclarecimentos, consultar Fernandes, Ricardo Cid (2003).

18 A pessoa que me trouxe a referida proposta do coletivo indígena foi João Maria Rodrigues Tapixi, na época, cacique da TI Barão de Antonina. Tapixi estava presente no evento de abertura desse projeto e participou ativamente nas apresentações dos dois grupos de dança e canto Kaingang da TI Apucarana: Grupo Guerreiros e Grupo Nën Ga.

19 Esse projeto foi coordenado pelas professoras Kimiye Tommasino e Marcolina Carvalho do Departamento de Ciências Sociais. Projeto CEC/UEL Processo 296114.

20 O povo Xetá viveu até a década de 1960 na região da Serra de Dourados, no noroeste paranaense, ao longo da margem esquerda do rio Ivai. Com a colonização de seus territórios tradicionais, foram alvo de um processo rápido de extermínio. Algumas crianças foram raptadas e retiradas de suas aldeias e foram criadas por famílias de brancos. Essas crianças cresceram separadas entre si e não se viram mais até a fase adulta. A antropóloga Carmen Lucia da Silva estudou a trajetória dos Xetá e dos oito sobreviventes na sua dissertação de mestrado (1998) e tese de doutoramento (2003).

tranquilidade e sem interferência dos brancos, mas queriam, principalmente, que se reunissem todos os Xetá, com os seus respectivos cônjuges, filhos e netos.

Demoramos para viabilizar esse projeto porque implicava resolver vários desafios: recursos para transportar todos os Xetá e seus descendentes espalhados em vários pontos, para alimentação e alojamento do grupo durante o período do encontro, além de outras questões relacionadas com a localização dos Xetá, o que, em alguns casos, não foi possível. O encontro se realizou de 09 a 18 de julho de 1994; elegemos a TI São Jerônimo como local mais adequado para o encontro porque lá vivia e vive a família de Tikuein Luciano, um dos Xetá. O encontro rendeu vários desdobramentos e mudou a história dos sobreviventes. Reunidos durante 9 dias, puderam conversar muito e se lembrar do passado, de quando viviam em suas aldeias na infância, e de todas as agruras que vivenciaram depois que foram raptados e criados por famílias de brancos até aquele encontro. Juntos, amadureceram o sonho de se reunirem numa pequena área do que fora o território tradicional do povo Xetá, na bacia do Ivaí. Carmen Lucia Silva fez o laudo antropológico para a finalidade de criar a Terra Indígena Herarekã Xetá. O processo para formalizar essa conquista já se encontra em fase avançada.

Até o início dos anos 1990 aceitava-se que a sociedade Xetá era uma sociedade terminal. Hoje, não mais.

2. Projeto APEART / PERI

Outro projeto, Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART) criado em 1993, desenvolveu ações de educação popular em 110 municípios do Paraná e, em 1997, criou o PERI- Projeto Reviver Indígena que incluiu os Kaingang e os Guarani da região de Londrina e Guarapuava.

O PERI, que envolveu muitos professores e alunos da UEL e UNICENTRO em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEEDPR), atuou de 1997 a 2003. O coordenador político-pedagógico da APEART foi o professor e pesquisador da UEL, Wagner Roberto do Amaral do Departamento de Serviço Social. No Projeto PERI participei fornecendo assessoria antropológica e cursos de formação de professores indígenas e não-indígenas sobre as especificidades socioculturais dos Kaingang e dos Guarani.

Por ser um projeto de educação popular, o PERI tinha como objetivo não apenas alfabetizar os estudantes, e sim proporcionar aos seus alfabetizados uma formação integral e crítica através da informação, conhecimento e compreensão da realidade; tinha como meta prepará-los para o exercício da cidadania e torná-los sujeitos de sua história.

Se olharmos os projetos e parcerias na linha do tempo, veremos que o canal de comunicação entre alguns segmentos sociais da UEL e as várias comunidades indígenas foram constantes e tiveram continuidade em muitas frentes, tanto em projetos de pesquisa quanto de extensão. Algumas vezes os projetos se encerravam, e novas demandas apareciam ou se sobrepunham, de modo que os professores já experientes iam sendo convocados para assumir essas demandas.

3. O movimento em defesa do rio Tibagi e as pesquisas da UEL e da UEM

O impacto da divulgação em 1997, de um megaprojeto de 7 Usinas Hidrelétricas (UHE) da COPEL, no rio Tibagi na sociedade local e regional, foi enorme. De um lado a COPEL, através da imprensa estadual e local, alardeava que o país precisava de energia e que a UHE produzia energia limpa e, portanto, traria poucos impactos ambientais e sociais.

Pesquisadores da UEM e da UEL passaram a estudar a importância dos vales e dos rios da bacia do Tibagi, histórica, arqueológica e etnologicamente. Incrementamos nossas pesquisas de campo estudando as armadilhas de pesca denominadas *pari* nas aldeias das TIs Barão de Antonina, São Jerônimo, Apucarantina e Mococa, de 1998 a 2002. A pesquisa antropológica tinha como tema a relação dos Kaingang com o meio ambiente e as pesquisas de campo mostravam a importância dos rios, vales, morros e encostas na bacia do Tibagi para os Kaingang. Analisamos as relações prático-simbólicas dos Kaingang com os diversos espaços nas diferentes TIs.

As pesquisas de Etnologia, Etno-história e Arqueologia se estenderam para a TI Mococa, porque até então não havíamos realizado pesquisas de campo naquela comunidade. Duas monografias de bacharelado em Ciências Sociais da UEL e uma dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFPR foram produzidos sobre a TI Mococa.

Pesquisadores do Departamento de Biologia Animal e Vegetal já faziam pesquisas na bacia do Tibagi e alguns biólogos resolveram fazer pesquisas nas TIs Apucarana e Mococa. Os resultados das pesquisas contestavam os diagnósticos dos EIA/RIMA apresentados pela COPEL. Um dossiê elaborado com pareceres científicos de dezenas de pesquisadores sobre os estudos contidos no EIA/RIMA foi disponibilizado para o Ministério Público Federal (MPF).

Um relatório antropológico foi elaborado especialmente para o IBAMA e MPF mostrando as redes de parentesco entre os Guarani das bacias do Tibagi, Laranjinha e Cinzas comprovavam formar uma unidade sociológica e os impactos teriam alcance global²¹.

É importante lembrar que, muito antes da barragem no rio Tibagi, várias barragens foram construídas na bacia do Iguaçu, impactaram todas as comunidades Guarani e Kaingang daquela bacia e essas comunidades não receberam indenização ou qualquer forma de compensação²². Até o presente, não tenho notícias da existência de uma rede colaborativa interinstitucional semelhante ao que formamos.

Diferentemente dos Kaingang e Guarani da bacia do Iguaçu, os das bacias do Tibagi, Laranjinha e Cinzas conquistaram o direito à indenização. A primeira conquista foi realizada pelos Kaingang da TI Apucarana que conseguiram fechar um acordo em 2006, de mitigação e compensação pela PCH construída no rio Apucarantina, dentro da TI. O Plano Básico Ambiental²³ (PBA) estabeleceu várias ações nas aldeias da TI Apucarana e o Programa se chama Vênh Kar.

A segunda vitória se deu em 2012 com a construção da UHE Mauá no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira. O MPF em parceria com os pesquisadores contestou o EIA/RIMA apresentado pela COPEL que previa apenas indenização para os Kaingang da TI Mococa. Essa parceria garantiu indenização aos Kaingang e Guarani das bacias do Tibagi, Laranjinha e Cinzas. O Plano Básico Ambiental (PBA) estabeleceu medidas mitigadoras e compensatórias para oito TIs e o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS) faz o acompanhamento dos programas contidos no PBA tendo em vista o licenciamento da UHE Mauá.

4. Programa da Prefeitura Municipal de Londrina para os Kaingang da TI Apucarana

Outra experiência de parceria, que produziu e continua produzindo bons resultados, ocorreu na Prefeitura Municipal de Londrina (PML) a partir de 1993/94, quando a Secretaria de Assistência Social foi ocupada por Márcia Lopes, docente do Departamento de Serviço Social da UEL. Essa secretária, sensível à causa das minorias sociais, entendeu ser urgente desenvolver uma política pública direcionada à população indígena que acampava na cidade para vender artesanato e tinha, nesse comércio, uma importante fonte de renda para seu sustento. Embora estivesse na Secretaria de Assistência Social, o programa integrou todas as demais secretarias para que todos os setores desenvolvessem ações naquela TI, como agricultura, meio ambiente, educação e saúde. Além desse caráter intersetorial, as ações sempre contaram com parcerias junto à ARLO, depois CTL de Londrina, à UEL e à UNOPAR e de outras instituições que possibilitassem o sucesso das ações. Dois programas merecem destaque:

a) O Projeto *Kre Kygfy*, relativo ao artesanato de taquara, contou com a participação de um grupo de mulheres, que confeccionam cestos, para o comércio, com o objetivo de

²¹ Esse relatório foi decisivo para que todas as comunidades Kaingang e Guarani de oito TIs (Apucarantina, Barão de Antonina, São Jerônimo, Mococa, Queimadas, Laranjinha, Pinhalzinho e Yvy Porã) recebessem a indenização pelos impactos da UHE Mauá.

²² Nem mesmo os Avá-Guarani, que perderam 32 tekoha (terra tradicional guarani) entre 1940 e 1980, quando foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, e construída a UHE Itaipu, inaugurada em 1982, tiveram seus direitos reconhecidos. Uma pequeníssima parte dos Avá-Guarani impactados foram instalados, depois de muita luta, no Tekohá Añetete, regularizada em 2.000 (ISA, 2011-2016); os demais continuam em dezenas de ocupações que, até o presente, não foram regularizadas.

²³ Plano Básico Ambiental ou Projeto Básico Ambiental é um documento que contém o detalhamento das medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas pelo empreendedor (no caso, a COPEL) para mitigar os impactos ambientais identificados no EIA/RIMA.

garantir a sustentabilidade das famílias envolvidas através de várias estratégias, tais como a recuperação de matérias primas, técnicas e processos de tintura natural, melhorias diversas, mas observando a perspectiva etno-ecológica.

b) O segundo projeto, bastante importante e relacionado ao comércio do artesanato, mas ampliado para outras dimensões, foi a construção do Vãre – Centro Cultural Kaingang em 1999. O Vãre se constituiu em dois setores: um, mais retirado e reservado apenas para abrigar as famílias Kaingang, enquanto permaneciam na cidade para vender seus balaios. As casas eram abastecidas de água encanada e luz elétrica (substituindo os barracos de lona, sem água e sem luz dos acampamentos anteriores). O segundo setor, o centro cultural propriamente dito, destinou-se à divulgação das manifestações culturais, como danças, cantos, pinturas, exposições fotográficas e da cultura material Kaingang; também como espaço de palestras, oficinas e cursos relacionados à história, à cultura e a ações específicas como assuntos de saúde, destinação do lixo, higiene e autocuidados. Esse segundo espaço foi aberto à visitação pública. Nesse programa da PML, as parcerias compostas com profissionais de outras instituições colaborativas tiveram desdobramentos benéficos à comunidade Kaingang da TI Apucarana.

A responsável pelo Programa da PML para os Kaingang é a antropóloga Marlene de Oliveira²⁴ (1989; 1996), contratada especialmente para coordenar as ações intersetoriais voltadas para a TI Apucarana.

5. A criação do Vestibular Indígena no Paraná e a Comissão Universidade para os Índios (CUIA)

Em abril de 2001, a lei estadual 13.134 criou o Vestibular Indígena em todas as Instituições de ensino superior do Paraná. Essa lei foi criada de forma inesperada e as universidades tiveram de mobilizar recursos humanos e materiais para que a lei fosse cumprida.

Na UEL o professor Wagner Roberto do Amaral foi a pessoa convocada para participar da criação da CUIA- Comissão Universidade para os Índios. Todas as instituições de ensino superior (IES) no Paraná criaram a CUIA encarregada de implantar para os universitários indígenas, uma política pública de educação superior com toda a complexidade que ela implica²⁵.

Outra contribuição deu Wagner R. Amaral quando foi convocado a ocupar a função de Chefe do Departamento da Diversidade da SEEDPR, entre 2004 e 2010. Nesse período foram publicados vários Cadernos Temáticos relacionados à diversidade, sendo um específico sobre os povos indígenas no Paraná, "Educação Escolar Indígena" (SEEDPR, 2006). Atualmente, o professor Wagner é o coordenador da CUIA-UEL e continua buscando formas de ampliar e melhorar a inserção dos alunos indígenas na comunidade universitária.

6. A produção acadêmica sobre os povos indígenas e as parcerias entre pesquisadores

A partir dos anos 1990 tiveram início várias pesquisas de pós-graduação nas áreas de Antropologia, História, Geografia, Linguística, Etnomedicina, Etnobiologia, entre os Kaingang em várias universidades (UFSC, UFRGS, USP, UNICAMP). Esses novos pesquisadores estavam iniciando pesquisas etnográficas sobre os Kaingang e, sendo poucos no início, sentiam necessidade de buscar interlocutores. Em 1993, durante a Reunião Regional-Sul da Associação Brasileira de Antropologia em Florianópolis-SC, alguns estudiosos da história e cultura Kaingang lá reunidos, iniciaram encontros em outros congressos e se constituiu um grupo de pesquisa sobre os Jê do Sul. Pela Editora da UEL (EDUEL) saíram 3 publicações que resultaram dessas contribuições (1998, 2000 e 2004). Importante dizer que o Grupo de Estudos Jê do Sul criou uma rede extensa de reciprocidade acadêmica que continua até o presente, sempre recebendo novos pesquisadores abrindo novos temas e/ou aprofundando velhas questões. Além dos encontros nos congressos, a rede pode ser ativada sempre que

²⁴ Marlene de Oliveira é graduada em Ciências Sociais pela UEL e foi bolsista de IC no meu primeiro projeto de pesquisa realizada a partir de 1987. Produziu duas monografias sobre a produção da cestaria das mulheres Kaingang da TI Apucarana, focando a sua importância econômica e artística de sua cultura material.

²⁵ Para melhor conhecimento dessa experiência, consultar a tese de Wagner Roberto do Amaral (2010).

demandas mobilizem parcerias e colaboração entre colegas.

Na UEM foi criado um programa interdisciplinar de Arqueologia, Etnologia e Etno-história das populações (LAEE). Fui convidada a entrar no LAEE para fechar o tripé interdisciplinar, assumindo a área de Etnologia. Esse grupo interdisciplinar promoveu curso de especialização nas três áreas de conhecimento, desenvolveu pesquisas de campo nas bacias do Tibagi e Ivaí, ofertou cursos de extensão universitária de iniciação à arqueologia, etno-história e etnologia do Paraná no Campus da UEL e da UEM.

Vejam agora, qual era a realidade dos estudos sobre os Kaingang até a década de 1990. Analisando a produção na linha do tempo, identificamos dois tipos de orientação teórica:

i) Os estudos mais antigos, das décadas de 1940 até quase 1970, se filiavam à escola funcionalista. Esses estudiosos fizeram pesquisas de campo, conheciam diretamente os povos indígenas. Essa corrente adotava a teoria da aculturação como pressuposto teórico. As mudanças sociais que ocorriam nas populações pesquisadas foram interpretadas como sinônimos de perda cultural. Os povos indígenas que viviam nas regiões mais desenvolvidas, incluindo os Jê do Sul (Kaingang e Xokleng) já seriam “índios aculturados”, isto é, já estavam “assimilados”. O funcionalismo sofreu duras críticas nos anos 1960 e praticamente deixou de ser adotado pelos novos pesquisadores a partir de 1970. No entanto, (re)conhecendo as insuficiências do funcionalismo, considero esses estudos preciosos como fonte de nossas pesquisas por conterem registros etnográficos importantes. Esses dados podem ser reinterpretados a partir das reformulações conceituais e teóricas contemporâneas.

ii) O segundo tipo de estudo sobre os Jê do Sul é conhecido como estudos de Sociologia Indígena e se consolidou a partir de 1970 e continua até os dias atuais. Os pesquisadores, adotando uma perspectiva sociológica de orientação marxista, focaram as relações de dominação, exploração e espoliação das terras indígenas pelo capital. O interesse estava em analisar as formas de inserção dos indígenas na estrutura de mercado e todas as formas de dominação a que eram submetidos, revelando um processo crescente de proletarianização e pauperização dessas populações. Pode-se dizer que a grande contribuição dessa escola foi ter introduzido no Brasil uma sociologia crítica relativa aos povos indígenas. Essa opção teórica acabou produzindo dois resultados: de um lado obscureceu o processo cultural em curso à medida em que privilegiava as relações sociais com a sociedade nacional; e de outro, essa inserção ao sistema de mercado acabou reforçando a ideia de “índio aculturado²⁶”.

Entre 1993 e 2003, a produção acadêmica dos pesquisadores reunidos ABA-Sul possuía um ponto comum: terem rompido com os paradigmas adotados pelos estudos anteriores sobre as populações Kaingang. Essas produções contribuíram para a renovação teórica e conceitual dos estudos das populações indígenas contemporâneas. O segundo ponto comum é que esses pesquisadores estavam envolvidos, de muitas maneiras, na luta dos povos indígenas em busca da autodeterminação e melhoria da qualidade de vida nos estados onde vivem.

Em terceiro lugar, vou resumir as contribuições dos pesquisadores da UEL e da UEM que marcaram essa mudança de paradigma. Hoje a produção sobre os Kaingang é enorme e quem quiser iniciar pesquisa entre os Kaingang terá à disposição uma extensa bibliografia.

Para Lucio Tadeu Mota (1992; 1998; 2000A; 2000B; 2013), os indígenas aparecem etnicamente identificados – Kaingang, Guarani, Xetá – e são sujeitos das suas histórias. Em sua produção, a história paranaense contempla os múltiplos sujeitos/atores, em interação, tecendo a história intercultural no Paraná. Mota preencheu o “vazio demográfico” produzido nos livros didáticos de História e, ao colocar os diferentes povos indígenas (Kaingang, Guarani e Xetá) no Paraná, mostrou como as diferentes sociedades indígenas estabeleceram políticas próprias para se defenderem, buscando as melhores estratégias de enfrentamento ao longo do período das guerras de conquista. Mota explicita sua recusa em tratar os povos indígenas como vítimas passivas da história mostrando que, ao contrário, lutaram e continuaram lutando, mesmo depois de conquistados. Segundo ele, as guerras de conquista

26 A teoria da aculturação foi tão amplamente aceita e adotada na academia que acabou se tornando senso comum. Quando fazia minhas pesquisas de campo, tanto os indigenistas da FUNAI quanto os próprios Kaingang me diziam que eram “índios aculturados”.

não acabaram, mas continuaram sob novas formas.

Outra importante contribuição de Mota foi a pesquisa sobre etno-história dos Xetá publicada em 2013. Esta publicação está inserida no Projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência) – Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá do LAEE/UEM.

A minha pesquisa não rompeu totalmente com o paradigma sociológico porque a primeira parte da minha tese (Tommasino, 1995) é uma análise sociológica da história indígena no Paraná. A novidade é que, tal como em Mota, os Kaingang são apresentados como sujeitos da sua história, que reagiram de acordo com seus interesses e objetivos desde as guerras de conquista. Minha pesquisa analisa mais demoradamente as políticas indigenistas dos Estado que foram impostas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e depois pela FUNAI, a todos os povos indígenas da região sul, objetivando transformá-los em “trabalhadores nacionais”. Minha pesquisa mostrou que, mesmo vivendo em espaços administrados com mão de ferro pelos SPI, a cada política indigenista que lhes foi imposta, os Kaingang criaram outra política indígena, subvertendo os objetivos civilizatórios dos brancos. A segunda parte é um estudo antropológico sobre a história e cultura Kaingang. Mostrei as concepções próprias de temporalidade e espacialidade, como viviam no tempo antigo (Vãsy²⁷) e como foram construindo o tempo atual (Uri).

Para analisar e interpretar o processo de produção e reprodução cultural dos Kaingang, tive de romper com o conceito de cultura utilizado nas pesquisas anteriores, até então tomadas como algo pronto e acabado. Adotei um conceito de cultura como processo, isto é, como algo em permanente movimento, mutação, recriação e reelaboração. Mostrei que:

Apesar de todas as tentativas de apagá-los enquanto grupo étnico, os Kaingang continuaram a se deslocar de acordo com seu sistema próprio, construído ao longo da sua história de contato. Mantiveram parte de seus costumes antigos, que foram redefinidos, e foram inventando novos padrões, sempre de acordo com princípios da lógica Kaingang. Se é evidente que muitos elementos da cultura nacional estão presentes na vida dos Kaingang, há muitos aspectos não evidentes que revelam o quanto as aparências são enganadoras. Sob a aparência de uma “integração” e “assimilação”, escondem-se significados, representações e símbolos que revelam que o universo prático-simbólico Kaingang continuou sendo reproduzido, modificado pelo contato, mas sem perder sua especificidade. Elementos ocidentais impostos aos índios, ou mesmo adotados pelos índios como alternativa para continuarem a se reproduzir, foram internalizados segundo a lógica Kaingang (Tommasino, 1995: 216).

Nas minhas pesquisas posteriores (Tommasino, 2000; 2002; 2004) aprofundei algumas questões relativas à concepção de território e territorialidade e foquei na relação dos Kaingang com o meio ambiente. Nossos interlocutores Kaingang nos mostraram como se relacionam com as matas, rios, encostas e morros. Percorremos muitas trilhas e conhecemos as plantas e suas utilidades, a fauna e a flora, as armadilhas de pesca que armam nas corredeiras que denominam *pari*, como se organizam nas atividades de caça, pesca e roças de coivara. Aprendemos também que para os Kaingang, cada ambiente é habitado por seres animais, vegetais, minerais e sobrenaturais e os humanos se relacionam com esses universos simbólica e praticamente. Nessa cosmologia, o homem não aparece separado do mundo natural e sobrenatural como na cultura ocidental, muito ao contrário, o homem, a natureza e a sobrenatureza formam um todo indissolúvel.

Gostaria de registrar a produção histórica e sociológica do professor Nelson Tomazi²⁸ (1989; 1996), pela sua importância, pois também contribuiu com renovações. Nas suas pesquisas tanto de mestrado quanto de doutorado, ele discorreu sobre a colonização moderna realizada na região norte do Paraná. Sua contribuição foi ter produzido uma versão crítica sobre a colonização feita pelos *pioneiros*, realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

²⁷ Lê-se Wãxi.

²⁸ Nelson Tomazi é professor (aposentado) do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

Primeiro, ele mostra o processo de mitificação em torno da CTNP e do discurso sobre a ocupação promovida pela companhia. Ao analisar como o mito foi sendo produzido e reafirmado constantemente, o pesquisador analisa a (re)ocupação realizada pela CTNP, sob a ótica do capital.

Prosseguindo suas pesquisas, Tomazi mostra que, quando a CTNP iniciou a colonização, as terras norte-paranaenses não estavam vazias e o assim denominado sertão não era despovoado, como indicado na expressão “vazio demográfico”. Pesquisando fontes bibliográficas de Arqueologia, Etno-história e Antropologia, mas também fontes não acadêmicas, Tomazi mostra que a colonização feita pela CTNP imprimiu uma (re)ocupação das terras do norte paranaense através da violência e da exclusão dos que aqui estavam, principalmente os povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá.

Portanto, essas e muitas outras pesquisas produzidas das décadas de 1990 em diante sobre a colonização e sobre a conquista dos povos indígenas se complementam e podem subsidiar os professores da rede de ensino fundamental, médio e superior para a disseminação de um conhecimento mais crítico sobre as nossas realidades históricas e culturais.

7. O Museu Histórico de Londrina e as ações de inclusão dos povos indígenas em sua pauta

Em passado recente, o MHL promoveu, na gestão da professora Regina Alegro, várias ações que incluíram os povos Kaingang, Guarani e Xetá. Colaboramos com nossas pesquisas, o professor Lúcio e eu, em algumas dessas ações. O MHL promoveu encontros, palestras, publicações, e uma exposição itinerante “Povos Indígenas do Norte do Paraná”, inaugurada em abril de 2013, desdobrou-se com resultados frutíferos. Essa exposição depois foi montada no Museu de Cambé e no Campus da UENP em Jacarezinho, em 2014²⁹. Foi publicado um catálogo da exposição itinerante³⁰ e um segundo, o catálogo “Povos Indígenas no Norte do Paraná”, em edição trilingue (português, Kaingang e Guarani).

O Projeto “Centro de Memória e Cultura Kaingang” (CMCK)³¹, executado na TI Apucarana pelo MHL, foi outra experiência inovadora: os pesquisadores responsáveis pelo Projeto desenvolveram os programas junto com os Kaingang e para os Kaingang. O Projeto realizou exposições em colégios, cineclubes nas aldeias, sessões de contação de histórias, registros fotográficos, oficinas de audiovisual e memória com os notáveis das aldeias da TI Apucarana, nove filmes, um livro e dois CDs de música. O Projeto CMCK também incluiu alunos não indígenas e indígenas e ensinou os próprios estagiários da aldeia a gravar vídeos sobre vários aspectos do cotidiano.

Portanto, essas ações aqui comentadas rapidamente mostram que o MHL já vem desenvolvendo ações de inclusão dos povos indígenas nas políticas do Museu e faz parte desse processo de construção da rede de sociabilidade UEL-Comunidades indígenas. Esta exposição permanente resolve o paradoxo da ausência da memória indígena na história, no museu e na vida do país, apesar de sua extensa e numerosa presença em todas as regiões do país. Até então, ela contemplava os *brancos*, nacionais e imigrantes europeus e asiáticos, os chamados *pioneiros*, heróis civilizadores da (re)ocupação da região norte do Paraná, a partir de 1930.

Para finalizar, quero parabenizar todos os coletivos que contribuíram, direta e indiretamente, para o sucesso desse projeto. A presença dos representantes indígenas da região norte do Paraná, dos jovens universitários de várias origens étnicas, de professores e pesquisadores, comprova, simbólica e praticamente, a grande rede de sociabilidade, de amizade, de solidariedade e respeito que foi sendo construída entre a Universidade Estadual de Londrina e as comunidades Kaingang, Guarani e Xetá desde 1985.

²⁹ Atualmente a exposição itinerante encontra-se na sede da TI Apucarana e, pela dimensão do acervo, acabou sendo parcelada: uma parte está no CMCK (Centro de Memória e Cultura Kaingang); a segunda está no Colégio Estadual Benedito Rokag; uma terceira, na Escola Estadual Indígena João Kavagtän Virgílio; e há ainda, alguns quadros expostos no Posto de Saúde.

³⁰ O catálogo pode ser acessado no link <http://www.uel.br/museu/uploads/itinerante/arquivos/Povos-Indigenas.pdf>.

³¹ O Projeto CMCK é um espaço de acervo, pesquisa e reflexão sobre a memória e a cultura Kaingang. Está instalado na TI Apucarana. A equipe de pesquisadores foi composta por Luis H. Mioto, Eduardo Tardeli e Fernanda Nasser. Mais informações podem ser acessadas no link <http://cmckkaingang.blogspot.com/>.

Aproveito para registrar a minha imensa gratidão aos Kaingang, Guarani e Xetá por terem, generosamente, acolhido, a mim e aos meus alunos, em suas aldeias e casas e terem compartilhado conosco suas experiências históricas e culturais. Foi um privilégio tê-los conhecido em minha vida acadêmica e pessoal e me orgulho de fazer parte dessa rede de reciprocidade que consolidou nossa amizade ao longo das últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Curitiba: 2010. Tese de doutorado em Educação. UFPR.

Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil. NOELLI, F.S. (Org.). Vários autores. Londrina: EDUEL, 1998.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. São Paulo: 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/USP.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 1994: Maringá: EDUEM.

_____. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Assis, 1998. Tese de doutorado em História. UNESP-Assis.

_____. **Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado**. In: L.T. MOTA; F.S. NOELLI & K. TOMMASINO. Uri e Wãxi. Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul. Londrina, 2.000. EDUEL. (p. 81-189).

TOMMASINO. Uri e Wãxi. **Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul**. Londrina, 2.000. EDUEL. (p. 81-189).

_____. **As colônias Indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 2.000.

_____. **Os Xetá no vale do rio Ivaí (1840 – 1920)**. Maringá: EDUEM. 2013.

Museu Histórico de Londrina. **Catálogo da Exposição Itinerante Povos Indígenas no Norte do Paraná**. Orgs. Almeida, P.R.P. de & Santos, J. dos. Londrina, 2011. UEL/Museu Histórico de Londrina "Padre Carlos Weiss".

Museu Histórico de Londrina. **Catálogo POVOS INDÍGENAS NO NORTE DO PARANÁ**. Orgs. Alegro, R.C., Ferraz, V. H. & Nascimento, A.C.M. Londrina, s/d.

Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. TOMMASINO, K., MOTA, L.T. e NOELLI, F. S. (Orgs.). Londrina: EDUEL, 2004.

OLIVEIRA, Marlene de. **Kaingang e a produção do artesanato mercantil**. Londrina, 1989. Monografia de bacharelato no curso de Ciências Sociais. CLCH/UEL.

_____. **Da taquara ao cesto: a arte gráfica**. Londrina, 1996. Monografia apresentada no curso de especialização em Sociologia e Sociologia da Educação. Departamento de Ciências Sociais/UEL.

Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016. [Editores gerais: Beto Ricardo e Fany Ricardo]. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

SILVA, Carmen Lucia. **Os sobreviventes do extermínio:** uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Florianópolis, 1998. Dissertação de mestrado: PPGAS/UFSC.

_____. **Em busca da sociedade perdida:** o trabalho da memória Xetá. Tese de doutorado. Brasília, 2003. PPGAS/UNB.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi:** uma sociedade Jê meridional em movimento. São Paulo, 1995. Tese de Doutorado: PPGAS/USP.

_____. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: L.T. MOTA; F.S. NOELLI & K. TOMMASINO. **Uri e Wãxi. Estudos Interdisciplinares dos Jê do Sul.** Londrina, 2.000. EDUEL. (p. 191-226).

_____. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi. In: **A Bacia do Rio Tibagi.** Moacyr E. Medri et al. Editores. Londrina, PR: M.E. Medri, 2002 (p.81-100).

_____. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: TOMMASINO, K. MOTA, L.T. & NOELLI, F.S. (orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina, 2004. EDUEL.

TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná.** Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, UNESP.

_____. **“Norte do Paraná”:** História e Fantasmagorias. Curitiba, 1997. Tese de doutorado em História. UFPR.

URI e WAXI. **Estudos Interdisciplinares dos Kaingang.** MOTA, L.T., NOELLI, F.S. e TOMMASINO, K. (Orgs.). Londrina: EDUEL, 2.000.

2 ASAM

2.1 Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus

Conforme apresenta o “Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus”, a Federação de Amigos de Museus do Brasil (FEAMBRA), fundada em 1989, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por missão “colaborar na preservação e divulgação do Patrimônio Cultural do Brasil, por meio do desenvolvimento de Associações de Amigos de Museus, além de apoiar os museus, associações e entidades culturais em suas atividades para o enriquecimento cultural de nossa sociedade”. Ainda, conforme o mesmo Guia, promove o voluntariado para promover a “formação de grupos que disseminem a cultura dos museus e o atraiam cada vez mais visitantes às instituições a que pertencem”.

O “Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus”, de 2014, tem como objetivo a instrução e incentivo à criação de associações que visam auxiliar instituições culturais no País. Está disponível para download gratuito no endereço: http://www.feambra.org/downloads/2014/guia_feambra_14/guia_feambra.pdf.

Esta publicação, a primeira do gênero no País – e uma das poucas no mundo – foi desenvolvida com o objetivo de mostrar como o trabalho voluntário em museus pode trazer inúmeros benefícios, tanto para as instituições quanto para a própria sociedade.

O Guia tem uma linguagem direta e acessível, está dividido em capítulos e segue as diretrizes da Federação Mundial de Amigos de Museus (World Federation of Friends of Museums – WFFM).

O objetivo da FEAMBRA é incentivar os voluntários a colaborar com os museus, dando visibilidade e mostrando que essa atividade pode ser feita na área cultural. “O brasileiro tem uma pré-disposição para fazer trabalhos voluntários, estimulados pelas próprias experiências e exemplos internacionais. Apesar de estar amplamente divulgado em áreas como saúde, esporte e educação, o trabalho voluntário em museus é pouco conhecido por aqui”, afirma a diretora executiva da Feambra, Camila Leoni. O site da FEAMBRA é www.feambra.org.

Extraído de “Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus”. FEAMBRA, 2014. E do site <http://www.feambra.org>.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O artigo deverá apresentar as seguintes normas:

I. Inédito;

- Título
- Autor(es) com identificação da instituição a que pertence em nota de rodapé;
- Resumo - máximo 50 palavras;
- Palavras-chave até 6 palavras;
- Texto com no mínimo 5 e no máximo 10 páginas (Word for Windows e fonte Times New Roman, tamanho 12, entre-linhas 1,5 e margem 3,0 cm)
- Referências bibliográficas seguindo normas da ABNT (contendo somente obras citadas no texto);
- Os textos deverão ser enviados para o e-mail bibmuseu@uel.br

2. Encaminhar carta a direção do Museu autorizando sua publicação.

3. Caso o artigo seja resultado de pesquisa financiada, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé.

4. Nome completo do(s) autor(es) e seus dados em nota de rodapé.

5. As fotografias, imagens (quando houver) deverão vir em preto e branco, formato digital JPEG, no mínimo, 300 dpi de resolução, tamanho 10x15cm, com legendas e com indicação do local a ser inserido no texto. As fontes deverão ser devidamente mencionadas e autorizadas, respeitando a legislação em vigor.

Contato Museu Histórico de Londrina
Fone: (43) 3323-0082 | bibmuseu@uel.br

EQUIPE TÉCNICA DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Diretoria Acadêmica

Profª Drª Edméia Ribeiro

Secretaria

Cesar Augusto de Poli

Auxiliares Operacionais

André Luis da Silva

Alex Pereira

Neiva Lemes Albrecht Batista

Vanessa Andréia Borela Ferreira

Ação Educativa

Edeni Ramos Vilela

Biblioteca e Documentação/ Imagem e Som

Rosangela Ricieri Haddad

Ruth Hiromi Shigaki Ueda

Objetos Tridimensionais

Amauri Ramos da Silva

Estagiários

Ana Carla Florio de Paiva / Beatriz Ozaki Batilani / Bianca de Lima Bondioli /
Bruna Carolina Monteiro / Carlos Eduardo da Silva Carvalho / Daniele Caroline Antunes /
Fernanda Brambila Moraes / Gabriel Arantes Correa / Gabriel Vieira Cardoso /
Guilherme Tavares Lopes Balau / Isabella Ferreira Luiz / Julia Oliveira Cebulski /
Luana Martina Magalhães Ueno / Lucas de Paiva Ribeiro / Luis Gustavo Cavalheiro Silva /
Luiz Ricardo de Barros Silva / Mariana Silva Barbosa Zampronha / Marina dos Santos Galli /
Natally de Britto Murback / Paloma Lucena Almeida / Rubia Fernandes da Silva /
Sofia Denipoti de Oliveira / Vander Felipe Ortiz dos Santos

Museu Histórico de Londrina

Rua Benjamin Constant, nº 900 - Centro, Londrina - PR

CEP 86010-350 | Tel (43) 3323-0082 | museu@uel.br

www.uel.br/museu

Redes Sociais do Museu Histórico de Londrina



Museu Histórico de Londrina



@museuhistoricodelondrina



Museu Histórico de Londrina



GALERIA DE FOTOS





Cenário da primeira versão da exposição de **longa duração**, do Museu Histórico de Londrina, no ano de 2000.



Detalhes da exposição - informações sobre as três etnias (Guarani, Kaingang e Xetá) e utensílios correspondentes.

Altar de celebração da
etnia **Guarani**, da casa de reza.



Itens que faziam parte das
diversas etnias na **década de 50**
em Londrina - cenário da
exposição de longa duração.



Cenário da exposição de longa duração, com as **armas utilizadas** nas décadas de 20 e 30.



Primeiro módulo da exposição de longa duração, onde se visualiza a vitrine das armas e outros cenários.



Rabo de bugio
Kaingang.

chocalho maracá,
colar e
vela de cera de
abelha Jataí
Guarani.

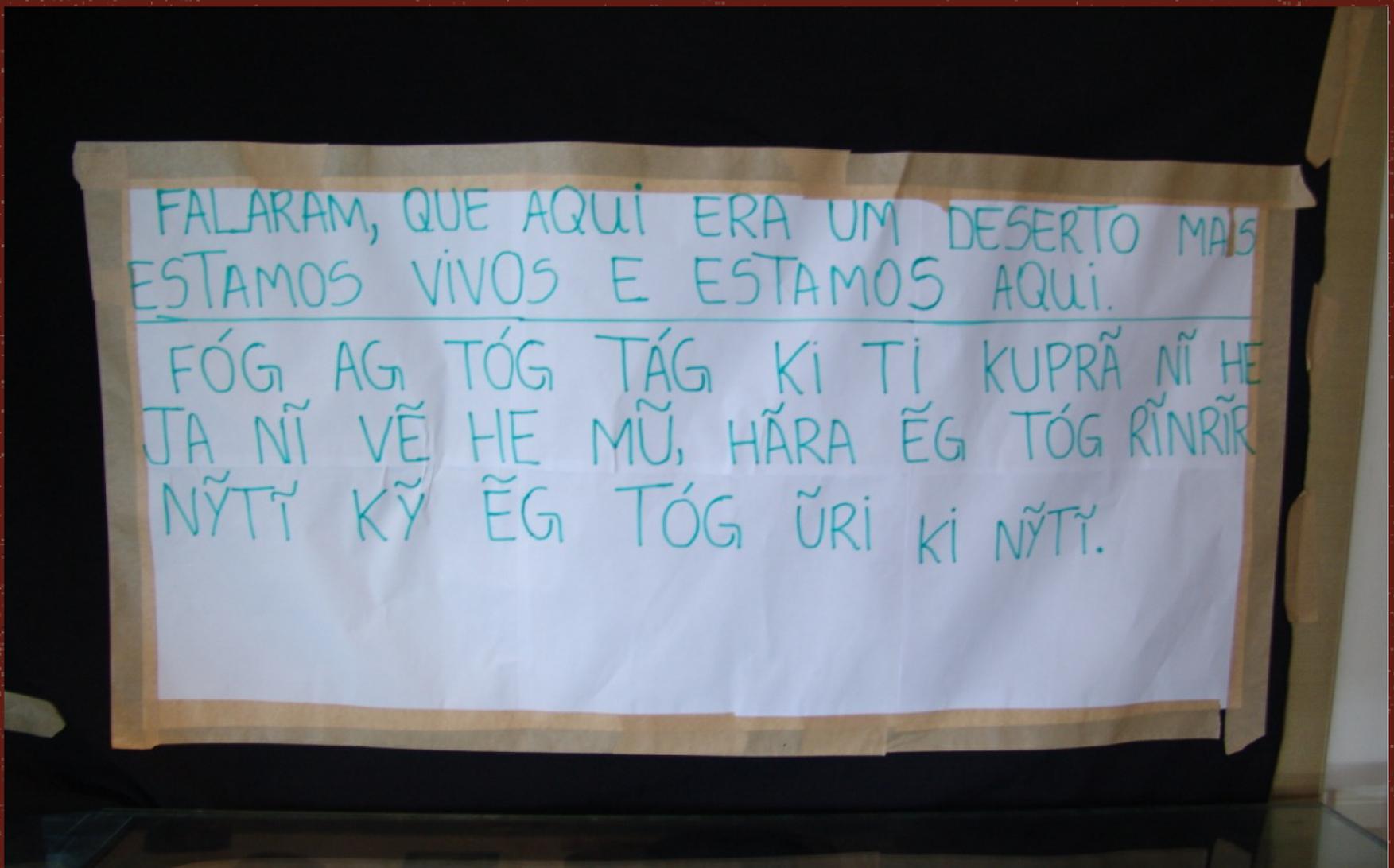


tembetá - couro de
onça
Xetá.

Urna Guarani
coletada na Região
de Assaí em 1957 e
doada ao Museu em
1970.



Detalhes da **Urna
Guarani.**



Indígenas **cobrindo** a primeira versão da Sala Prefácio onde não aparecia a presença indígena na formação da cidade de Londrina.

Realização:



MUNICÍPIO DE
LONDRINA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO